

Ano 2, Vol II, Número 2, Jul-Dez, 2018, p. 163-177.

O AVANÇO DE GRANDES CORPORações EDUCACIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Sandra Cristina Vanzuita da Silva & Valéria Silva Ferreira

RESUMO: Este artigo busca trazer reflexões à cerca do avanço de grandes corporações educacionais sobre a formação de professores no Brasil apresentando como as políticas educacionais contribuem para o sucesso deste negócio. Pretende descrever o perfil e os interesses de uma das maiores empresas educacionais do mundo e abordar quais os possíveis impactos para o projeto de Educação que se pretende no Brasil, tendo essa realidade como regra geral e não como exceção. Os resultados do estudo apontam que a Educação está se tornando um negócio lucrativo, por isso o investimento de grandes corporações no meio educacional. Além do Ensino Superior, estas instituições têm uma abrangência na área da Educação que perpassa a Educação Básica, com escolas que atendem alunos desde a pré-escola até o Ensino Médio e o Ensino Superior, incluindo-se aqui a formação inicial de professores, bem como cursos livres e preparatórios, o que inclui formação continuada e Pós-graduação.

PALAVRAS CHAVE: Formação de professores, mercantilização, educação básica.

THE ADVANCEMENT OF LARGE EDUCATIONAL CORPORATIONS ON TEACHER TRAINING IN BRAZIL

ABSTRACT: This article seeks to reflect on the advancement of large educational corporations on teacher training, presenting how educational policies contribute to the success of this business. It intends to describe the profile and interests of one of the largest educational companies in the world and to discuss the possible impacts for the Education project that is intended in Brazil, having this reality as a general rule and not as an exception. The results of the study point out that Education is becoming a profitable business, so the investment of large corporations in the educational environment. In addition to Higher Education, these institutions have a broader scope in the area of Education that runs through Basic Education, with schools that serve students from pre-school to High School, Higher Education, including initial teacher training, as well as free and preparatory courses, which includes continuing education and postgraduate studies.

KEYWORDS: Teacher training, mercantilization, basic education.

EL AVANCE DE GRANDES CORPORATIVOS EDUCACIONALES SOBRE LA FORMACIÓN DE PROFESORES EN BRASIL

RESUMEN: Este artículo trata de reflexionar sobre el ascenso de las grandes corporaciones educacionales en la formación de los profesores, presentando como las políticas en Educación contribuyen al éxito de este negocio. El estudio también pretende describir el perfil y los intereses de una de las mayores empresas de educación en el mundo y tratar sobre los posibles impactos hacia el proyecto de Educación que se pretende en Brasil, siendo esta realidad la regla general y no la excepción. Los resultados del estudio indican que la Educación esta convirtiéndose en un negocio lucrativo, lo que justifica la inversión de las grandes corporaciones en los negocios educativos. Aparte de la Enseñanza Superior, estas instituciones tienen un alcance en el área de la Educación que atraviesa la Educación Básica, con escuelas que atienden alumnos desde la educación infantil (en Brasil: “pré-escola”), la Secundaria (em Brasil: “ensino médio) hasta la Enseñanza Superior, incluyendo aquí la formación inicial de profesores, además cursos libres y de instrucción, incluida la formación continua y de postgrado.

PALABRAS CLAVE: formación de docentes, mercantilización, educación básica.

INTRODUÇÃO

A Educação está se tornando um negócio e um capital que pode gerar lucro, por isso o investimento de grandes corporações no meio educacional. Dentre tantas possibilidades a mais promissora é a oferta do Ensino Superior e, conseqüentemente a formação inicial de professores. As corporações têm uma variedade de negócios educacionais, ou seja, um portfólio bem diversificado. A maioria tornou-se grande, a partir das fusões e consolidações com instituições educacionais familiares de pequeno porte. Segundo Ball (2014), negócios são comprados e vendidos por várias razões, pois a Educação é uma área que pode ser afetada por decisões estratégicas com o objetivo de aprimorar a vantagem competitiva, criar novas fontes de valor e melhorar o crescimento das receitas. E nesse negócio aparentemente lucrativo, está situado um dos pontos mais importantes para o desenvolvimento profissional dos professores, a formação inicial (GATTI, 2011).

Além das fusões e aquisições, outra estratégia importante é a venda de alunos - não apenas materiais, ideias, currículos, políticas, mas pessoas também viram mercadoria de interesse, principalmente os alunos. Para Ball (2014, p. 204), tais estratégias produzem várias conseqüências, dentre elas a “influência nas políticas e padronização transnacional e processos de ocidentalização, bem como outros aspectos da sinalização da mercantilização por atacado da educação e dos processos educativos”. O autor ainda destaca que há oportunidades e perigos envolvidos nesse negócio, pois estas formas institucionais de Ensino Superior podem proporcionar meios rápidos e relativamente baratos para melhorar os índices de crescimento e a força de trabalho local. E no Brasil, em resposta às supostas exigências da demanda local para a formação de novos professores.

Outro dado que aumenta nossa preocupação é que, além do Ensino Superior, estas instituições têm uma abrangência na área da Educação Básica, com escolas que atendem alunos desde a pré-escola até o Ensino Médio, o Ensino Superior, incluindo-se aqui a formação inicial de professores, além de cursos livres e preparatórios, o que inclui formação continuada e Pós-graduação.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Os dados dos últimos ENADEs (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) apontam que a maioria dos cursos tem recebido uma avaliação satisfatória, poucos foram os cursos que receberam conceito 4 ou 5 considerados cursos de excelência. Isto significa dizer que temos no Brasil uma formação de professores mediana, que forma professores para atuar nas escolas públicas, lugar onde deveriam estar os melhores profissionais.

Cabe aqui propor uma questão, professores formados sob essas condições terão possibilidade, na conjuntura atual e na complexidade do espaço educativo, desenvolver competências para o exercício reflexivo e a compreensão de sua responsabilidade de preparar alunos para também exercerem de forma plena sua cidadania?

No sentido de propor algumas respostas a questão apontada anteriormente, este artigo busca trazer uma reflexão à cerca do avanço de grandes corporações educacionais sobre a formação de professores. O trabalho é resultado de uma tese de doutorado, que tem como discussão central a formação inicial de Pedagogos que, no Brasil, tem sido desenvolvida prioritariamente por instituições privadas, em uma perspectiva mercantilista (SILVA, 2015).

Ressaltamos que os dados analisados são todos públicos e foram encontrados nos sites oficiais das empresas de consultoria, dos organismos internacionais, dos setores públicos e das instituições de Ensino Superior analisadas. Dessa forma, os preceitos éticos de proteção aos sujeitos foram respeitados. Com base nos fundamentos dos autores pesquisados, dos dados recolhidos nos documentos oficiais publicados pelo governo e nos sites das instituições investigadas, organizamos os resultados obtidos nesse trabalho.

Assim, na primeira seção discorreremos como as políticas educacionais contribuem para o sucesso deste negócio. Trataremos ainda de descrever o perfil e os interesses de uma das maiores empresas educacionais do mundo nesse negócio. E, por último, abordaremos quais os possíveis impactos para o projeto de Educação que se pretende no Brasil, tendo essa realidade como regra geral e não como exceção.

POLÍTICAS E NEGÓCIOS EDUCACIONAIS

A maioria das empresas privadas do ramo educacional tem criado produtos baseados em políticas públicas de avaliação em larga escala e depois vende seus produtos para os Sistemas de Ensino Público. Em pesquisa sobre a aquisição de Sistemas apostilados em Redes Públicas, Ferreira e Silva (2014) empreenderam um trabalho no Estado de Santa Catarina, os resultados apontaram que, dos 295 municípios que compõem o Estado, 100% utilizam os livros do Programa Nacional do LD, porém, destes, 52 (cinquenta e dois) municípios adotam, além do PNLD, os sistemas educativos privados. Esse total representa 18% dos municípios que adquirem os sistemas apostilados e os implantam nos diferentes níveis de ensino. Para Ball (2013, p.187),

Dentro de tudo isso, há um conjunto de relacionamentos “de políticas” recentes ente Estado, a filantropia (local e internacional), *think tanks* e empresas (locais e multinacionais), que são cada vez mais complexos – uma hierarquia emergente dentro da qual filantropia e negócio estão firmemente entrelaçados. Uma variedade de interesses diretos e indiretos, comerciais, financeiros e ideológicos são agora capazes de anunciar suas preocupações em contextos de influência das políticas em contextos de prática.

Apple (2013) alerta que as políticas públicas têm permitido, de forma intencional, o engendramento de empresas privadas no ensino público. Para Adrião *et al.* (2009), essa relação não se constitui como uma novidade, pois, com a universalização do ensino, o poder público tem delegado à iniciativa privada a tarefa de atender suas demandas, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, como é revelado nas pesquisas de Sampaio (2000) e Dourado (2007).

Uma das formas dessa inserção, principalmente no ensino fundamental das redes públicas municipais de ensino, é a compra de sistemas apostilados, chamados também de *kits* pedagógicos. Adrião *et al.* (2009) revelam, em sua pesquisa, que os gestores municipais justificam a compra desses sistemas de *kits*, alegando estarem melhorando a qualidade do ensino e construindo uma identidade para a Educação municipal. Para Ball (2010), isso indica o efeito de primeira ordem da performatividade, ou seja, reorientar as atividades pedagógicas para terem um impacto positivo nas mensurações; e, de segunda ordem, o efeito é sobre a distorção e a alienação do trabalho docente.

Oliveira (2009) ajuda-nos a refletir sobre essa situação. Segundo o autor, nos últimos tempos, verificamos que, além do Ensino Superior, estas redes de heterarquias têm investido forte, também, na Educação Básica, de acordo com Oliveira (2009):

No ensino básico, cresceu a venda de materiais pedagógicos e “pacotes” educacionais, que incluem aluguel de marca, pelo mecanismo de franquias, avaliação e formação em serviço do professor. Tais atividades são desenvolvidas por algumas das grandes redes de escolas privadas, como os Cursos Osvaldo Cruz (COC), Objetivo, Positivo e Pitágoras. Mais recentemente, esse grupo de instituições tem avançado sobre os sistemas públicos de educação básica, vendendo materiais apostilados para redes municipais e estaduais, tendo os mesmos avaliados no âmbito do programa nacional do livro didático (PNLD). (OLIVEIRA, 2009, p. 741).

Considerando as reflexões anteriores, entendemos que o interesse dos grandes conglomerados educacionais não é apenas na formação de professores, pois será por meio da formação feita pela empresa que esses sujeitos poderão futuramente utilizar outros produtos que serão criados para a Educação pública e privada.

Ball (2014) indica, ainda, que esse é um modelo de retroagem, isto é, o neoliberalismo estende o papel privado e mercantiliza ainda mais o social e o domínio público. Alimenta-se, muda seu panorama repovoando-o com aqueles que fazem parte da “conversa”. Assim, as fronteiras entre Estado, economia e sociedade civil tornam-se cada vez mais turvas; e “existe uma nova mistura no interior da matriz da governança envolvendo relações complexas de interdependência recíproca entre negócios e os Estados” (BALL, 2014, p.171).

Para entendermos como esse processo ocorre no próximo item apresentaremos os negócios de uma das maiores empresas educacionais do mundo.

ABRANGÊNCIA DAS GRANDES CORPORações SOBRE A EDUCAÇÃO

As empresas do ramo educacional têm apresentado um portfólio diversificado para o atendimento de um grande número de alunos, como exemplo, podemos citar a Kroton Educacional. Para seus clientes esta empresa possui uma rede de marcas, algumas especializadas em cursos preparatórios que não ofertam o curso de formação de professores e, outras que juntas ofertam cursos de formação de professores

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

presencialmente de forma reduzida ou em polos à distância. A tabela 1 a seguir apresenta a quantidade de unidades que ofertam o curso.

Tabela 1 - Unidades da Kroton que ofertam o curso de formação de professores

Marca	Quantidade de Unidades/Polos que ofertam o curso de Pedagogia
Unopar	440
Anhanguera/Uniderp – Anhanguera	173
Uniasselvi	48
Faculdade Pitágoras	8
UNIC	4
Unime	3
TOTAL	676

Fonte: Site das IES.

Os dados apontados na tabela mostram que a Unopar, Anhanguera e a Uniasselvi dominam o mercado no que tange à formação inicial de professores à distância. As três perfazem juntas mais de 90% do atendimento feito pela empresa no território nacional. Para entendermos como está distribuído o número de unidades em comparação ao atendimento nacional, na tabela 2 a seguir, veremos os dados por região.

Tabela 2 - Número de unidades da Kroton que ofertam o curso de formação de professores em relação ao número de IES no Brasil

Estado	Número IES por Estado no Brasil	UNOPAR	Anhanguera	Uniasselvi	TOTAL
São Paulo (SP)	332	44	44	1	89
Bahia (BA)	97	59	6	6	71
Minas Gerais (MG)	168	62	8	-	70
Rio Grande do Sul (RS)	67	37	17	7	61
Goiás (GO)	61	28	10	3	41
Santa Catarina (SC)	56	18	4	17	39
Paraná (PR)	120	27	10	2	39
Mato Grosso do Sul (MS)	40	12	24	2	38
Pará (PA)	39	21	5	3	29
Mato Grosso (MT)	44	20	4	1	25
Rio de Janeiro (RJ)	83	16	7	-	23
Rio Grande do Norte (RN)	22	10	7	-	17
Pernambuco (PE)	58	15	2	-	17
Ceará (CE)	32	7	9	-	16
Rondônia (RO)	30	10	-	2	12
Piauí (PI)	26	8	3	-	11
Distrito Federal (DF)	52	7	4	-	11
Espírito Santo (ES)	68	8	1	1	10
Tocantins (TO)	26	7	1	-	8
Paraíba (PB)	23	6	1	-	7
Acre (AC)	16	5	-	-	5
Amazonas (AM)	22	4	1	-	5
Maranhão (MA)	32	1	3	1	5
Alagoas (AL)	58	5	-	-	5
Sergipe (SE)	23	1	-	-	2
Amapá (AP)	15	1	-	-	1
Roraima (RR)	15	1	-	-	1

Fonte: e-MEC (2014).

O que se percebe, nessa tabela, é uma predominância de atendimento nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul, regiões mais populosas e com uma estrutura dos sistemas educativos organizada. Portanto, a necessidade de formação de professores, acentua-se. Nas regiões norte e nordeste, com predomínio menor, contudo chama atenção o Estado da Bahia com um número de instituições elevado.

Ao observar o site da empresa, verificamos suas respectivas áreas de abrangência, vemos que a empresa tem atividades e negócios que abordam os mercados em relação aos currículos, à formação de professores, aos serviços de avaliação e aos diferentes setores educacionais, desde a Pré-Escola até o Ensino Superior, em todas as regiões do país. É

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

possível afirmar que sua rede constitui-se a partir de um elemento muito forte, sua grande capilaridade, pois se espalha por todo território nacional.

Em relação ao negócio da formação de professores, uma de suas principais estratégias é organizar um conjunto complexo de relações entre “mercantilização, privatização, marketização, performatividade, responsabilidade e subjetividades” (BALL, 2010, p. 41). Nesse sentido, é importante destacar que há pessoas disseminando um tipo de formato empresarial para a formação de professores. Ou seja, adaptando formas que vão se incorporando a currículos pensados para atender um perfil de estudantes, que gera um modelo que atenda um mercado, uma demanda da falta de professores e, acima de tudo, uma demanda que quer acesso ao Ensino Superior. Os dados do Relatório do ENADE (BRASIL, 2011) confirmam nossas análises.

Constatou-se que estes estudantes da Área de Pedagogia - Licenciatura eram, em maioria, do sexo feminino (total de 93,4%), sendo 37,0% os estudantes deste sexo no segmento de maior idade na escala avaliada, com 35 anos e mais, também o grupo modal, com 40,0% do total dos estudantes. Nesse grupo etário havia 3,0% de alunos do sexo masculino. O grupo etário que apresentou a segunda maior frequência de estudantes foi 25 a 29 anos, com 21,4% dos participantes: 1,5% sendo do sexo masculino e 19,9% do sexo feminino. Em 2011, a idade média dos concluintes de Pedagogia - Licenciatura do sexo masculino foi maior do que os do sexo feminino: respectivamente 34,7 e 33,3 anos. Além disso, os desvios-padrão das idades foram menores para os alunos do sexo feminino (9,2 anos) e maiores para os do sexo masculino (9,5 anos). (BRASIL, 2011, p. 104).

Outro elemento interessante para destacar sobre é que as empresas do grupo continuam com seus nomes individuais e são mantidas separadamente como parte de um portfólio diversificado. Outro elemento relevante é que essas instituições iniciaram seus negócios como empresas familiares de pequeno porte ou com cursinhos para vestibulares. E, com o incentivo das políticas públicas, acabaram por se tornar grandes empresas educacionais.

Sobre essa situação, Chaves (2010) argumenta que o movimento inicial que alavancou a fragmentação do Ensino Superior brasileiro foi estabelecido, legalmente, na LDB/1996, pois a referida Lei define, no artigo 20, três tipos de instituições educacionais privadas: as particulares, em sentido estrito (empresariais); as comunitárias; as confessionais e filantrópicas. Chaves (2010) ainda pondera que:

Nesses mais de doze anos de vigência da LDB, os sucessivos governos neoliberais têm editado uma série de decretos, leis, portarias e outros instrumentos normativos com a finalidade de operacionalizá-la. No que se refere à diversificação institucional, destacam-se o Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997, instituído no governo de Fernando Henrique Cardoso, que regulamentou o Sistema Federal de Educação – normatizando a tipologia e as atribuições das instituições de ensino superior, admitindo, de forma definitiva, as IES com fins lucrativos e estabelecendo, na referida tipologia, a diversificação daquelas instituições. As regras de organização do ensino superior e de avaliação de cursos foram alteradas, em 2001, pelas disposições do Decreto n. 3.860/2001, que consolidou a expansão do empresariamento do ensino superior, no Brasil. (CHAVES, 2010, p. 487).

Diante de tantas reformas, incentivos e políticas indutivas, citadas por Chaves (2010), temos o surgimento de muitas empresas de Ensino Superior, que, ao longo da sua trajetória, vivenciam diversas fases de crescimento: a primeira, de expansão dos seus cursos superiores e da sua base física; a segunda, de otimização e qualificação dos seus currículos e projetos pedagógicos; e a terceira, de reorganização estrutural, administrativa e financeira, tendo esta última se dado com o ingresso de novos parceiros-sócios e investidores.

Segundo Ball (2014), essas técnicas e dispositivos ou, como afirma Foucault (1999), pequenas artimanhas funcionam como tecnologias de mudanças para a transformação da instituição e, principalmente, para o alcance de uma performatividade que visa principalmente desempenho e excelência, onde pessoas só são úteis quando geram produtividade.

Para o autor, a performatividade faz, ainda, “[...] uma contribuição fundamental para o trabalho de metatrocá” (BALL, 2014, p. 68). No caso das instituições, há oferta de vagas para a formação de professores, visto que, no Brasil, ainda carecemos de professores formados em nível superior, principalmente nas regiões norte e nordeste.

Ao observarmos a estrutura dos cursos que as instituições que compõem este grande conglomerado educacional ofertam, podemos perceber algumas diferenças no tempo de duração do curso e na apresentação das áreas de atuação. É interessante observar que não há um alinhamento na forma e nem no conteúdo. Franco, Libâneo e Pimenta (2007) consideram a Educação uma prática social humana, cuja finalidade é possibilitar às pessoas realizarem-se como seres humanos, o que implica na apropriação e na produção de saberes em uma perspectiva crítica que deve ter por base o interesse emancipatório da sociedade.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Diante dos dados apresentados pelos autores, vemos que as políticas emanadas para o setor abrem a possibilidade para uma formação genérica e de pouco aprofundamento em cada etapa da Educação Básica. O que se vê de forma relativamente direta é que as Diretrizes Nacionais para a formação de professores, impulsionam uma oferta comercial mais atraente.

Sobre essa situação, Paixão (2010) sinaliza que é preciso refletirmos sobre a seguinte questão: Se, em termos de conceito, a Educação é um Direito Público Subjetivo, um bem jurídico, que ora é individual, ora é coletivo, possuindo o cidadão o poder do direito de ação, quais serão os possíveis resultados da chamada Desnacionalização da Educação Superior, em relação exclusivamente ao capital?

O autor ainda pondera que a Constituição Federal considera o ensino como serviço público, mas não como atividade exclusiva, monopolizada pelo Estado. Assim, quando a atividade for exercida pelo Estado, estar-se-á diante de uma atividade caracterizada como serviço público de educação, porém, quando realizada por instituições privadas de ensino, estas estarão apenas sujeitas ao poder de polícia do Estado. Para Paixão (2010):

O exercício do poder de polícia está expresso, na previsão do inciso II, do art. 209 da CF, quando esse anuncia a necessidade da autorização. O Termo “autorização” gerou, por muito tempo, grande dúvida sobre a instrumentalidade desse requisito. A obrigatoriedade da autorização não sugere necessariamente a existência de delegação ou concessão, quando se trata de ensino, caracterizando apenas o exercício do poder de polícia pelo Estado. Faz-se necessário, assim, no bojo de tais considerações, esclarecer como se devem processar e entender as autorizações. (...) essa ‘autorização’ não pode ser entendida no sentido habitual que o direito administrativo dá ao termo. De fato, não é ela de caráter discricionário, mas circulado, segundo decorre do caput e do inciso I deste artigo (209-CF). Naquele é enunciado o princípio da liberdade, neste, o condicionamento a regras gerais estipuladas. Assim, deve-se entender que preenchidas as condições legais a instituição tem o direito de obter a autorização do Poder Público. (PAIXÃO, 2010, p. 19).

Se for do Estado o poder de autorização e regulação dessas instituições privadas, o que podemos esperar? É notório o fato de que as Leis e a política pública brasileira são fracas e deixam dupla a interpretação. Agora, o que devemos nos perguntar: É proposital? Ball (2013) afirma que essas novas formas, na linguagem política, constituem-se como redes de relacionamentos estáveis e contínuos que mobilizam recursos e energias em ações conjuntas promovendo uma governança em rede.

O autor ainda considera que, mesmo com políticas que apresentam fissuras, muitas vezes imperceptíveis, o Estado ainda exerce, por meio de uma manipulação estudada, as condições e as possibilidades que estas redes utilizam para operar e utilizam cuidadosamente o controle financeiro para controlar essas empresas, visto que muitas delas têm no FIES seu principal capital. É preciso entender, como afirma Ball (2013), que essas relações são complexas. Isso significa dizer que não é só o Estado que fica condicionado a essas instituições, mas são elas que também se condicionam às políticas, o que acaba gerando arenas e jogos de poder muito bem estabelecidos por ambas as partes. O autor alerta, também, que a burocracia continua a ser atividade do Estado, que não hesita em regular ou intervir quando seus interesses e seus objetivos não são atendidos.

Assim, ao finalizarmos, podemos afirmar que as políticas para o incentivo da formação inicial de professores no Brasil são elaboradas por meio de relacionamentos integrados, com uma multiplicidade de locais e ligações tão complexas que não conseguiremos encontrar o final do novelo. É como se tentássemos desmanchar um emaranhado de lã e nunca encontrássemos o início, ou seja, como tudo começou? Quem deu o primeiro passo? E, principalmente, como tudo isso irá terminar?

Talvez, como afirma Ball (2010), estejamos deixando para trás, há muito tempo, um professor autêntico, comprometido com um projeto de educação social - se algum dia o tivemos. O que podemos esperar desse tipo de formação que, até agora observamos a partir dos dados apresentados, é uma formação superficial, flexível e solitária, um profissional desprovido de sociabilidade, e, acima de tudo, de senso de responsabilidade consigo e com a coletividade.

CONSIDERAÇÕES

A inserção de redes privadas na formação de professores tem encontrado apoio nas políticas públicas educacionais, são ações formuladas a partir da lógica neoliberal, com textos que possibilitam e suscitam inúmeras formas para a mercantilização da Educação. Nessa lógica, pensada de forma intencional, as empresas privadas criam as mais variadas possibilidades, quais sejam: oferecer facilidades, flexibilidade, superficialidade, preços acessíveis, atendimento às avaliações em larga escala, pouca

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

rigidez, tanto teórica, quanto metodológica, entre outras. Essa oferta pode ser de cursos que formam os professores, na elaboração de materiais didáticos para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, ou, ainda, um pacote completo de cursos de formação continuada, sites, exemplos de práticas pedagógicas definindo como e o que ensinarão os professores.

A formação de professores quando executada pelas redes privadas muda tanto a forma quanto o conteúdo educacional para atender às demandas neoliberais. O que se observa é a criação de novos nichos de mercado, ou seja, a Educação tal como ofertada e praticada, abre possibilidade de novos negócios quanto à produção de material didático, à assessoria das redes educacionais, à aquisição de novas tecnologias educacionais, etc.

As grandes empresas de educação no Brasil, disseminados por todo país ofertam cursos a partir do mesmo Projeto Pedagógico e da mesma matriz curricular. Não há indícios de que a realidade local ou as especificidades de cada comunidade possam ser consideradas ou pensadas na oferta dos cursos destas empresas. Identificamos, nas instituições pesquisadas, elementos que guiam os cursos de formação de professores em uma perspectiva massificadora, no sentido de atender a grandes públicos, um modelo baseado em um mercado que lucra muito mais com a quantidade do que com a qualidade.

O Estado, nesse cenário, tem assumido um novo papel - talvez a mais importante diferença seja que o Estado não pode mais ser visto como o fator chave para entender as políticas educacionais e o único contexto da produção do texto das políticas. Há outras arenas de disputas compostas por diversos grupos de interesses. Essa é uma nova forma de governar, por meio da governança, ou de uma metagovernança traduzida em pluralidades e hierarquias que entrelaçadas e encontradas fortalecem os modos de coordenação prevalentes. Uma das suas características chave tem como fato de esses organismos participantes da governança não funcionarem contra o Estado, mas por meio dele. E, por isso, é que vemos, por vezes, as pequenas formas e grupos de resistência nem sempre terem argumentos para fortalecer seus discursos. O enfraquecimento do Estado e a permissão para a aprovação de políticas elaboradas e implementadas sob uma perspectiva neoliberal possibilita a formação inicial de professores ser desenvolvida por instituições de cunho mercadológico.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Reconhecemos que, apesar dos dados apontarem para uma massificação de um único modelo para a formação de professores, há outros projetos educacionais espalhados pelo Brasil que buscam construir caminhos alternativos aos modelos gerencialistas neoliberais. São esses modelos que poderão gerar novos estudos contrapondo a realidade encontrada neste estudo.

Por isso, acreditamos em uma formação de professores que contribua na formação das novas gerações, que promova autonomia, compromisso político do educador, o que implica a formação da consciência crítica. Daí a importância do aprofundamento do domínio filosófico, sociológico, político e psicológico do processo educativo.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação Pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas”. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.
- APPLE, M. W. *Between traditions: Stephen Ball and the critical sociology of education*. *London Review of Education*, v. 11, n. 3, p. 206-217, 2013.
- BALL, S. J. *Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- _____. *Novos Estados, nova governança e nova política educacional*. In: APPLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. *Sociologia da Educação: Uma análise internacional*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- _____. *Vozes/Redes Políticas e um currículo neoliberal global*. In: PEREIRA, M. Z. C. et al. *Diferenças nas Políticas de Currículo*. João Pessoa: UFPB, 2010.
- _____. *A “nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação*. In: PERONI, V. M. V. *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, 2013.
- BRASIL. *Relatório Síntese do ENADE - Exame Nacional de desempenho dos estudantes*. Ministério da Educação. Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2011.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do Ensino Superior Brasileiro: A formação dos Oligopólios. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010.

DOURADO, L. F. A qualidade da educação: conceitos e definições. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

E-MEC. Instituições de Ensino Superior e Cursos cadastrados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 13 jan. 2014.

FERREIRA, V. S.; SILVA, S. C. V. da. Expansão dos sistemas de ensino privado nos sistemas educacionais públicos municipais de Santa Catarina. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 36, n. 2, p. 199-206, jul./dez. 2014

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1999.

FRANCO, M. A. S.; LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Elementos para a formulação de Diretrizes Curriculares para cursos de Pedagogia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 63-97, jan./abr. 2007.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. de A. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

OLIVEIRA, R. P. de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n.108, p. 739-760, out. 2009.

PAIXÃO, A. G. da. O direito ao Ensino Superior e o capital: O caso Faculdade Anhanguera de Anápolis. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

SAMPAIO, H. Ensino superior no Brasil – o setor privado. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000.

SILVA, S. C.V. **Mercantilização da Formação de Pedagogos no Brasil**. 2015. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, SC, 2015.

Recebido: 8/8/2018.

Aceito: 8/10/2018

Sobre autoras e contato:

Sandra Cristina Vanzueta da Silva – Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI- Itajaí/SC

E-mail: Doutora em Educação. Professora do PPGE – Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade do Vale do Itajaí. Professora do curso de Pedagogia da mesma Universidade.

E-mail: sandras@univali.br

Valéria Silva Ferreira - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI - Itajaí/SC

E-mail: Doutora em Educação. Professora do PPGE – Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade do Vale do Itajaí. Professora do curso de Pedagogia da mesma Universidade.

E-mail: v.ferreira@univali.br